

SOCIALIZAÇÃO ÉTNICA

ESTUDOS BRASILEIROS

No Brasil ainda são raros estudos sobre socialização que analisem a transmissão de mensagens sobre o significado de ser negro numa sociedade caracterizada por profundas diferenças de status entre os grupos étnico-raciais. Entretanto, os estudos brasileiros assemelham-se aos de outros países no que diz respeito à análise da relação entre o desenvolvimento cognitivo global da criança com crenças e práticas educativas parentais. São alusivos nessa área os estudos de Seid-Moura et al. (2008) e Lordelo, Fonseca e Araújo (2000). Esses autores, todavia, ainda não estabelecem a associação entre práticas de socialização com questões étnico-raciais.

No âmbito da Antropologia, há estudos como o de Pereira (1987), o qual critica a carência de investigações relativas à criança negra. Segundo o autor, os escassos estudos sobre esse grupo voltaram-se à análise das crianças em situação de rua, porém a questão racial pouco foi ressaltada por essas investigações. Destacou-se a carência institucional desse grupo de crianças, exemplificada pelo abandono, falta de um lar e dos benefícios a ele relacionados, vinculando a situação de rua à família desorganizada e à carência econômica. Acrescenta-se a ausência de escolarização dessas crianças, que, na avaliação do autor, seriam

também acuadas pelo preconceito e discriminação racial, presumindo-se que comporiam a futura massa populacional de delinquentes nas penitenciárias.

Em 1995, Ademir Lopes publica um livro que denominou de “Escola, socialização e cidadania: um estudo da criança negra numa escola pública de São Carlos”. O estudo, de base sociológica, investiga a realidade de crianças negras no contexto escolar, suas identidades e experiências de discriminação e se debruça sobre observações do espaço escolar e sobre as falas das crianças. Um dos resultados salientados por Lopes (1995) refere-se ao despreparo dos professores ao lidar com as questões interétnicas na escola. Ressalta-se que a deficiência na formação dos professores os leva a agir negando as diferenças, e assim, a reproduzir práticas pedagógicas discriminatórias por meio de atitudes preconceituosas, ou mesmo pela veiculação de conteúdos didáticos que expressem estereótipos negativos de alunos pertencentes a determinados segmentos sociais e raciais.

Em outro estudo no âmbito da Antropologia, Amaral (2001) investigou como pais educam as crianças negras a respeito da discriminação racial e se essa educação prepara as crianças para exercer seus direitos ou para perceber a discriminação racial como irremediável. Assim, através da análise dos discursos de mães e pais negros transmitidos às crianças sobre o preconceito racial, a autora afirma ser a escola o primeiro lugar no qual a criança fica face a face com o racismo. Esse confronto ocorre não apenas através da discriminação por parte dos colegas, mas através do currículo tendencioso que nega a contribuição social dada pelos negros para a constituição da sociedade brasileira. Um ponto importante destacado pela autora foi o fato de que, diante da denúncia de serem vítimas de racismo na escola, as mães e pais negam, culpabilizam a criança, ficam imobilizadas ou indecisas sobre o que fazer. A autora explica que esses comportamentos são efeito da crença no “mito da democracia racial” (FERNANDES, 1965), que faz com que os pais duvidem da existência do racismo na sociedade brasileira.

Ao que parece, os estudos de Pereira (1987), Lopes (1995) e Amaral (2001) podem ser considerados os primeiros estudos brasileiros a reunir o conceito de socialização à etnia/raça. Mas apenas os dois últimos consideram a socialização enquanto transmissão de mensagens relativas à raça e etnia, ainda de modo descritivo, sem uma sistematização em termos das regularidades do fenômeno. Ressalta-se ainda que se tratam de estudos desenvolvidos fora do campo da Psicologia.

Na perspectiva da Antropologia, o estudo de Sansone (2004) analisou os significados atribuídos à raça/etnia para diferentes gerações de famílias negras no Brasil. Sua preocupação foi analisar a influência dos nichos ecológicos que envolvem o jovem negro de modo a destacar a construção e reconstrução da identidade racial do negro em função da pressão de mudanças sócio-históricas, das interações culturais, da globalização e do racismo, na qual cor e classe se inter cruzam. Exemplo dessa construção em nível cultural, são as interações produzidas pelos bailes *funks*, visto pelos jovens como local de expressividade da cultura do jovem negro. O estudo chama a atenção ao racismo nas relações sociais, destacando sobretudo no âmbito profissional; e em outros contextos como na interação, seja no âmbito institucional, a exemplo da relação com a polícia, ou no âmbito interpessoal, como nas relações de namoro e casamento.

O autor refere-se ao conceito de socialização raras vezes, ora significando agências de transmissão de aprendizagens (escola, TV), ora como locus de interação social (socializar, estar com outros). Sansone (2004) destaca que a experiência com a discriminação leva os jovens a adotarem a estratégia do “branqueamento”, a qual é equivocadamente adotada por agentes socializadores. Desse modo, os jovens negros abraçam outras identidades mais compensadoras (e.g., moreno escuro, pardo) num esforço de se afastarem da dolorida realidade de pertencimento ao grupo dos negros.

No âmbito da Sociologia, Fazzi (2015) investigou a socialização nas interações das crianças com seus pares. Em sua análise, foi enfatizado que o preconceito racial emerge das relações intersubjetivas estabelecidas pela criança. Por meio da experimentação de valores, atitudes, comportamentos e noções raciais presentes nas relações que estabelecem entre si, as crianças aprendem o significado de pertencer a um determinado grupo racial, bem como elabora noções do que vem a ser o preconceito racial. Dado que, desde muito cedo, as crianças brasileiras compreendem o status negativo associado às categorias “preto/negro”, a autora destaca a necessidade de que políticas antirracistas sejam capazes de desconstruir a crença de que existem “raças humanas diferenciadas”, crença central da ideologia racista.

Já no âmbito da Psicologia, alguns estudos caracterizaram-se pela análise da socialização como crenças, práticas educativas e valores dos pais, que isoladamente ou em conjunto, influenciam os comportamentos étnicos e inter-raciais dos filhos. Destacam-se os trabalhos de França (2006). Esses estudos utilizaram metodologias diferentes daquelas utilizadas no contexto norte-americano, entretanto representam uma aproximação daqueles modelos de pesquisa.

Assim, França (2006), na sua tese doutoral, analisa a socialização para o preconceito em crianças da cidade de Aracaju, Sergipe, com destaque para o preconceito racial e racismo. A autora testou um modelo de compreensão da influência do processo de socialização de crianças no desenvolvimento do preconceito interétnico. O modelo analisa influência das crenças, valores e práticas educativas, enquanto fatores de socialização, sobre as atitudes étnicas das crianças, ou seja, seu preconceito interétnico, avaliado através da preferência pelo endogrupo e pelo exogrupo. Neste estudo, evidenciou-se que aspectos sociodemográficos, como os níveis de escolaridade e renda das mães e aspectos sociais, como as crenças e os valores, influenciam as atitudes étnicas das crianças por meio das práticas educativas utilizadas pelas mães. Outras variáveis como as atitudes étnicas das mães e suas identidades não tiveram efeito sobre as atitudes étnicas das crianças.

A mesma autora publicou um capítulo intitulado: A socialização e as relações interétnicas (FRANÇA, 2013), no qual analisa a socialização conceitualmente trazendo uma compreensão da origem do preconceito racial com ênfase nos contextos de socialização. Reflete ainda sobre a importância do interjogo entre agentes de socialização e crianças na origem e perpetuação do racismo. Nesse capítulo, a autora já refere os estudos do racismo no âmbito de famílias negras americanas e sua preocupação com o ensino da consciência racial, valorização da identidade e de estratégias adequadas para o enfrentamento do racismo, usando o termo socialização étnica e racial.

Em outro estudo fundamentado na teoria da socialização étnica, França, da Costa Silva, Santos e Batista (2019) trazem esses pressupostos para a análise das interações de mães e filhos sobre raça e racismo, e os efeitos sobre a identidade racial dos filhos. Nesse estudo, adaptou-se a escala de Hughes e Chen (2007) para aferir a socialização das mães, e analisou-se a identidade étnica dos filhos, utilizando-se o instrumento desenvolvido por França e Monteiro (2002). Através de entrevistas com as mães e as crianças, separadamente, verificou-se que apenas “às vezes” as mães referem ou falam sobre o grupo dos negros (cultura, diferença, discriminação) com seus filhos. E que as mães mais escolarizadas conversam mais com seus filhos sobre raça/etnia e racismo do que as menos escolarizadas.

Observou-se ainda que a socialização étnica materna, a escolaridade e a cor da pele da mãe não explicam a identidade racial da criança branca. Entretanto, a socialização racial/étnica explica a identidade racial/étnica da criança negra, demonstrando que, quanto mais as mães das crianças negras

falam sobre a história, raça/etnia e cultura do grupo negro, mas essas crianças gostam de sua cor de pele. Assim, evidenciou-se a influência da socialização étnica, apenas para a identidade racial/étnica das crianças negras, o que fortalece a hipótese de associação positiva entre socialização racial/étnica e identidade de crianças negras também no Brasil. Os autores chamam a atenção para as diferenças entre resultados de estudos realizados no Brasil e em outros países, que são predominantemente feitos com pais e crianças dos grupos minoritários, nos quais os pais são fortemente identificados com seus grupos. Já na sociedade brasileira, especificidades resultantes do processo histórico da miscigenação e do mito da democracia racial (FERNANDES, 1972/2007), produzem famílias com uma variação de tonalidades de pele e relativa desidentificação com grupos de tons de pele mais escuros (pretos e pardos), contribuindo para o silenciamento de questões associadas à raça e ao racismo.

Ainda na área da Psicologia, Cardoso e Bonomo (2019) analisaram a socialização e a identidade étnica, porém com crianças ciganas. Num estudo qualitativo de caráter descritivo e exploratório, as autoras evidenciam os processos identitários através das experiências coletivas das crianças e das trocas intergeracionais, tendo como informantes privilegiados as crianças mais do que seus agentes socializadores. Destacam-se as influências das tradições culturais, das leis ciganas, do uso da língua, do fazer diário e das resistências às pressões da integração com o grupo externo na definição da identidade social cigana. A identidade é definida pela herança cigana e pelo sentimento de sentir-se cigano. A socialização é analisada como processo de imersão cultural e apreensão da cultura.

Observamos por essa breve revisão que os estudos sobre socialização racial e étnica no Brasil estão numa fase inicial. Não obstante, é possível extrair informações importantes para o conhecimento de como os pais e agentes de socialização lidam com as diferenças raciais. Percebe-se que existem algumas semelhanças entre as pesquisas desenvolvidas no Brasil e as pesquisas realizadas a nível internacional. Em ambos os contextos, por exemplo, a maioria dos estudos são de natureza qualitativa com pequenas amostras, estudos quantitativos e experimentais, por sua vez, são raros e, quando desenvolvidos, ocorrem com baixo controle do construto investigado. Por outro lado, as investigações desenvolvidas no Brasil carecem de aspectos que em outros países já têm sido abordados, tais como a percepção de mensagens de socialização por parte das crianças e adolescentes, o tipo e a qualidade das mensagens que lhe são transmitidas e a influência da mídia e das redes sociais sobre o processo de socialização étnico/racial.